



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**VARA DA FAZENDA PÚBLICA**  
**RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

**SENTENÇA**

Processo Digital nº: **1012728-51.2016.8.26.0566**  
 Classe - Assunto: **Embargos À Execução Fiscal - Efeito Suspensivo / Impugnação / Embargos à Execução**  
 Embargante: **ANGELO RAIMUNDO FELIX**  
 Embargado: **'MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS**

Justiça Gratuita

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Daniel Felipe Scherer Borborema**

Angelo Raimundo Felix opõe embargos à execução fiscal nº 0020259-02.2002.8.26.0566, que lhe move o Município de São Carlos, alegando a prescrição dos IPTUs de 1997 e 1998, nulidade e excesso de execução porque ao longo do executivo o embargado não deduziu os valores pagos nos parcelamentos, e, por fim, impenhorabilidade do imóvel por ser bem de família.

Impugnação apresentada.

Houve réplica.

É o relatório. Decido.

Julgo o pedido na forma do art. 355, I do CPC-15, uma vez que não há necessidade de produção de outras provas.

Sobre os IPTUs de 1997 e 1998, o termo inicial da prescrição deve corresponder

**1012728-51.2016.8.26.0566 - lauda 1**



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**VARA DA FAZENDA PÚBLICA**  
**RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

ao vencimento, qual seja, 01/03/1997 (fls. 18) e 01/03/1998 (fls. 19), porque antes do vencimento, ante a inexigibilidade, não há a possibilidade de se deduzir pretensão executiva (art. 783, CPC), orientação esta admitida no STJ: "constituído o crédito tributário pelo envio do carnê ao endereço do sujeito passivo e encontrando-se pendente o prazo de vencimento para o pagamento voluntário, ainda não surge para o credor a pretensão executória, sem a qual não tem início o prazo prescricional" (REsp 1399984/PE, Rel. Min. Herman Benjamin, 2ªT, j. 10/09/2013).

Quanto ao momento de interrupção do prazo prescricional, a matéria rege-se pelo art. 174, parágrafo único do CTN, não importando a disciplina da LEF, pois esta, nessa matéria, não se aplica aos créditos de natureza tributária, uma vez que a prescrição tributária é regida, segundo o art. 146, III, "b" da CF/88, pela lei complementar que estabelece normas gerais em matéria tributária, in casu o CTN (recepcionado com lei complementar).

Na execução fiscal, o momento interruptivo é estabelecido pelo inciso I do parágrafo único acima referido; tal inciso I, até a LC nº 118/05, previa a citação como ato interruptivo, e, após a LC nº 118/05, que entrou em vigor em 09/06/05, passou a prever o despacho do juiz que determina a citação como ato interruptivo.

Segundo o STJ, REsp 999901/RS, Rel. Min. Luiz Fux, 1ªS, j. 13/05/2009, a norma superveniente, de caráter processual, tem incidência nos processos em curso, desde que ainda não tenha sido prolatado o despacho do juiz que determina a citação, quer dizer, se em 09/06/05, no executivo fiscal específico, já tinha sido proferido o despacho de citação, a interrupção ocorre com a citação, se ainda não tinha sido proferido tal despacho, a interrupção ocorre com a sua prolação.

No caso em tela, como o despacho de citação foi proferido em 2002, a interrupção somente ocorreria com a citação, que se deu já na primeira tentativa, por carta registrada, conforme fls. 26.

Todavia, essa interrupção da prescrição, que se deu com a citação, no caso concreto retroage à propositura da execução fiscal, ocorrida em dezembro de 2002.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**VARA DA FAZENDA PÚBLICA**  
**RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

O § 1º do art. 219 do CPC, segundo o qual a interrupção da prescrição retroage à data da propositura da ação, aplica-se aos créditos tributários, segundo orientação do STJ, REsp 1120295/SP, Rel. Min. Luiz Fux, 1ªS, j. 12/05/2010, posicionamento este coerente com o fenômeno da prescrição, que pressupõe inércia do credor, inexistente no caso do credor que cobra a dívida em juízo.

Assim, também na execução fiscal é válida a Súm. 106 do STJ, segundo a qual "proposta a ação no prazo fixado para o seu exercício, a demora na citação, por motivos inerentes ao mecanismo da justiça, não justifica o acolhimento da arguição de prescrição ou decadência".

Ora, na hipótese sub examine, a demora na citação deu-se claramente por motivos inerentes ao mecanismo da justiça, motivo pelo qual deve ocorrer a retroação acima referida.

Sendo assim, no caso em tela, houve a prescrição apenas do IPTU de 1997, pois decorridos mais que 05 anos entre o termo inicial (03.1997) e a propositura (12.2002).

Os parcelamentos comprovados às fls. 153/154 e 155/156 são posteriores à extinção do crédito tributário pela prescrição, não influenciando de qualquer maneira sobre o fenômeno ora reconhecido.

A alegação de nulidade e excesso de execução porque ao longo do executivo o embargado não deduziu os valores pagos nos parcelamentos não deve ser admitida em sede de embargos, bastando que, no executivo fiscal, seja requerida a apresentação de memória de cálculo atualizada por parte do exequente. Não bastasse, em própria impugnação o embargado trouxe o referido cálculo.

O imóvel é penhorável, nos termos do art. 3º, IV da Lei nº 8.009/90, não havendo desproporcionalidade ou falta de razoabilidade, porquanto, em caso de alienação em hasta pública, o que sobejar é entregue ao devedor, valendo frisar, sempre, a possibilidade de o devedor remir a dívida, na forma do art. 826 do CPC. Além disso, não consta que o imóvel seja suscetível de cômoda divisão, de modo que não resta alternativa se não a constrição de sua totalidade, como



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**VARA DA FAZENDA PÚBLICA**  
**RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

ocorreu.

Ante o exposto, acolho em parte os embargos para pronunciar a prescrição do IPTU/1997, rejeitando-os no que diz respeito ao restante.

Ante a singeleza da matéria, o pequeno valor em discussão e considerando o proveito econômico que cada parte teve, na comparação entre o que era postulado e o ganho obtido: condeno o embargado em honorários arbitrados, por equidade, em R\$ 100,00; condeno o embargante em honorários arbitrados, por equidade, em R\$ 300,00, observada a AJG.

P.I.

São Carlos, 08 de maio de 2017.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**